

O papel das forças armadas na definição das políticas de defesa e de segurança no âmbito do Cone Sul

Samuel Alves Soares¹

As novas condicionantes da segurança internacional, em que não somente as soberanias e relações interestatais têm peso significativo, impõem mudanças nas possibilidades e exigências para as políticas de defesa e segurança, e exigem a participação mais ampla da sociedade. A proposta é identificar o grau de autonomia e a natureza das concepções originadas das forças armadas na definição destas políticas, buscando-se entender em que medida podem ser explicadas e analisadas tendo como base variáveis como tipos de transição dos regimes autoritários, participação dos poderes legislativos, das universidades e de outros setores organizados da sociedade civil na elaboração das políticas de defesa, como também as características dos processos de socialização castrenses e dos pressupostos da educação militar. Enfim, trata-se de verificar até que ponto existe uma direção política do poder civil nas definições das políticas de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela.

Tema: Políticas de Defesa e Segurança Internacional

¹ Professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca/São Paulo/Brasil, pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES); Secretário-Executivo da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. E-mail: samuel_soares@uol.com.br